


## Desenvolvimento do trabalho colaborativo entre uma professora de Educação Especial e professores da classe comum

Josemaris Aparecida Martinelli  
Célia Regina Vitaliano

**Josemaris Aparecida Martinelli**

Universidade Estadual de Londrina,  
UEL


Email: josemaris2012@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9451-1770>

**Célia Regina Vitaliano**

Universidade Estadual de Londrina,  
UEL

Email: creginav@uel.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8757-4204>

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever o desenvolvimento de um processo de intervenção junto a uma professora especialista em Educação Especial e professores do ensino comum, visando à promoção de um trabalho colaborativo entre eles, em uma escola estadual com educação em tempo integral do estado do Paraná, com o intuito de aprimorar o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Participaram da pesquisa uma professora especialista e quatro professores regentes da classe comum. Este estudo foi desenvolvido utilizando a metodologia da pesquisa colaborativa proposta por Ibiapina (2008). A coleta dos dados foi realizada em três fases: 1ª) levantamento das necessidades de formação dos participantes; 2ª) processo de intervenção e; 3ª) avaliação do processo de intervenção. Os resultados obtidos evidenciaram que o processo de intervenção, além de estabelecer a parceria entre os professores no planejamento e na prática pedagógica, também promoveu a formação em serviço.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Formação de Professor. Trabalho Colaborativo.

Recebido em: 07/05/2017

Aprovado em: 02/07/2018



## Abstract

### **Development of collaborative work between a teacher of Special Education and teachers of the common class**

This article aims to describe the development of an intervention process accompanied by a special education specialist teacher and common education teachers, with the purpose of a collaborative work among them, in a state school with full-time education of the state of Paraná, aiming to improve the inclusion process of students with special educational needs. A specialist teacher and four teachers of the common class participated in the research. This study was conducted using the methodology of collaborative research proposed by Ibiapina (2008). Data collection was carried out in three phases: 1) survey of the training needs of participants; 2nd) intervention process and; 3rd) evaluation of the intervention process. The results obtained evidenced that the intervention process, besides establishing the partnership between the teachers in the planning and the pedagogical practice, also promoted the formation in service.

### **Keywords:**

Inclusive Education.  
Teacher training.  
Collaborative work.

## Resumen

### **Desarrollo de trabajo colaborativo entre un maestro de educación especial y los maestros de la clase común**

El presente artículo tiene como objetivo describir el desarrollo de un proceso de intervención junto a una profesora especialista en Educación Especial y profesores de la enseñanza común, buscando la promoción de un trabajo colaborativo entre ellos, en una escuela pública con educación a tiempo completo del Estado del Paraná, con el propósito de perfeccionar el proceso de inclusión de los alumnos con necesidades educativas especiales. Participaron de la investigación una profesora especialista y cuatro profesores regentes de la clase común. Este estudio fue desarrollado utilizando la metodología de la investigación en colaboración propuesta por Ibiapina (2008). La recogida de datos se llevó a cabo en tres fases: 1) estudio de las necesidades de formación de los participantes; 2ª) el proceso de intervención; 3º) la evaluación del proceso de intervención. Los resultados obtenidos evidenciaron que el proceso de intervención, además de establecer la asociación entre los profesores en el planeamiento, y la práctica de enseñanza, también promovió la formación en servicio.

### **Palabras clave:**

educación inclusiva. La formación del profesorado. El trabajo colaborativo.

## Introdução

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino comum aumenta gradativamente e com ela, a necessidade de investir na formação dos professores da classe comum e dos especialistas em Educação Especial, visto que são os principais responsáveis pela efetivação de tal processo.

Considerando que a educação inclusiva consiste em um movimento mundial com cunho político, cultural, social e pedagógico, “desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.” (MONICO et al., 2018, p.43).

A Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994), que consistiu em um marco importante na discussão sobre a dedução inclusiva, que teve o Brasil como signatário, considerou como tendo NEE todas as crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem ou com deficiência e reafirmou a educação como direito de todos:

[...] reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (p.1)

Essa declaração priorizou que todos os excluídos independentes de suas condições físicas, sociais, intelectuais, emocionais ou outras passassem a estudar juntos na escola de sua comunidade. Previa a adequação da escola com adaptação curricular, recursos e materiais pedagógicos respeitando as especificidades de cada educando. Isto posto, com a implantação da educação inclusiva foi desencadeado a necessidade de mudanças na estrutura e funcionamento da escola, entre eles destacamos a formação de professores. (MONICO, 2018)

Para muitos pesquisadores (RODRIGUES, 2008; VITALIANO, 2010; GARCIA, 2013) a formação dos professores e dos demais profissionais da Educação é o elemento principal para efetivação da educação inclusiva, visto que:

[...] já não se trata de formar professores para alunos que são educados num modelo segregado, mas, sim, professores que são capazes de trabalhar com eficiência com turmas assumidamente heterogêneas. Para isso é necessário um novo olhar sobre os saberes, as competências e as atitudes que são necessárias para se trabalhar com classes inclusivas (RODRIGUES, 2008, p. 7).

A literatura especializada da área (CAPELLINI, 2004; MENDES, 2008; FONTES, 2009; MENDES, VILARONGA e ZERBATO, 2014) tem demonstrado que as experiências mais bem sucedidas de inclusão dos alunos com NEE contam com a presença de um professor especialista dentro da sala de aula, o qual atua de modo colaborativo com o professor regente.

De acordo com Marin e Moretti (2014, p.4) o trabalho colaborativo se constitui em uma ação pedagógica que atende as demandas apresentadas pelos estudantes com NEE e por seus professores também. Essa proposta prevê além da “cooperação entre os docentes” a “presença física de outro professor em sala, durante as atividades”, disto decorre que esse modelo de trabalho tem sido chamado, também de co-ensino, bidocência e ensino colaborativo.

O âmago deste modelo de atuação está no fato de que ambos: professor regente e especialista em Educação Especial “dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes” (FERREIRA, MENDES, ALMEIDA, DEL PRETTE, 2007, p. 01). Para Marin e Moretti (2014) o ideal é quando ambos os professores possam assumir a regência da classe, ou seja, possa ocorrer troca de papéis. É quando o professor especialista possa, em alguns momentos, conduzir as atividades para turma toda e o professor regente possa acompanhar de forma mais próxima o aluno com NEE.

Tendo em vista que a literatura da área considera que o trabalho colaborativo entre o professor especialista e os professores do ensino comum na sala de aula favorece o processo de inclusão dos alunos com NEE. Considerando, ainda que a “escola é um organismo vivo” (ALARCÃO, 2001, p. 27), portanto, ela é mutável e seu maior desafio é proporcionar aos professores e demais profissionais da escola capacitação em serviço para que possam trocar experiências, refletir sobre a prática e o coletivo da escola em que “aprendem, apoiados na delimitação e solução de problemas, por meio da reflexão sobre seus sucessos e fracassos” (CAPELLINI, 2004, p.70). Aliado ao fato de que no contexto atual de nossas escolas, geralmente o professor não recebe formação suficiente para trabalhar com a diversidade na sala de aula e,

[...] é necessário pensar o professor, não só como elemento central do processo de ensino e aprendizagem, mas também, nas condições de trabalho que lhe estão sendo oferecidas para assumir suas responsabilidades (VITALIANO; MANZINI, 2010, p. 52).

Cabe à escola desenvolver ações articuladas a formação em serviço de professores para atender a diversidade da sala de aula, alterando as práticas consideradas tradicionais e segregacionistas que funcionam como barreiras. Outro fator a ser considerado é a valorização do professor, com salários dignos e condições de trabalho que o motive a desenvolver um ensino de qualidade que atenda a todos os alunos com ou sem NEE.

Tomando como base esse contexto o presente estudo foi proposto visando contribuir para formação dos professores especialistas e das disciplinas curriculares em relação ao desenvolvimento de uma atuação pautada no trabalho colaborativo.

Para a realização da pesquisa, foi utilizada a metodologia denominada pesquisa colaborativa descrita por Ibiapina (2008), a qual valoriza a reflexão, a experiência pessoal do professor atrelado aos conhecimentos científicos. Esse modelo de pesquisa foi considerado o mais adequado, visto que tem como pressuposto a colaboração e a preocupação com o processo de formação do professor no contexto educacional.

Na pesquisa colaborativa, o pesquisador colabora com os professores quando contribui para o desenvolvimento profissional, quando planeja sessões de formação, ajudando a enfrentar a complexidade das situações educativas às quais eles se confrontam cotidianamente, e quando, graças ao discurso desses profissionais, reinterpreta a teoria com base na prática e vice-versa, os docentes colaboram com os pesquisadores quando refletem sobre suas práticas e compreendem situações conflituosas inerentes ao trabalho docente [...] (IBIAPINA, 2008, p.34).

Considerando este modo de organizar o trabalho do professor especialista aliado ao fato de que na cidade de Londrina-PR foi implantada uma escola com Educação em Tempo Integral (ETI), conforme a determinação da Instrução nº 022/12-SEED/SUED, a qual prevê que o professor especialista em Educação Especial deve atuar de modo colaborativo com os professores do ensino comum que possuem alunos com NEE, foi proposto esse estudo com o seguinte objetivo: desenvolver um processo de intervenção junto a uma professora especialista em Educação Especial e professores do ensino comum, visando à promoção de um trabalho colaborativo entre eles, em uma escola estadual, com educação em tempo integral, no município de Londrina-PR, com o intuito de aprimorar o processo de inclusão dos alunos com NEE, por meio de uma pesquisa colaborativa.

## **Método**

A metodologia escolhida foi a pesquisa colaborativa descrita por Ibiapina (2008), também denominada “pesquisa-ação emancipatória”, pois colocam os professores como sujeitos ativos da investigação, levando-os a refletir sobre os conceitos e práticas adquiridas. De acordo com Ibiapina (2008), são três as condições para que ocorra à pesquisa-ação: colaboração, círculos reflexivos e co-produção. A colaboração refere-se ao diálogo entre pesquisador e participantes para estabelecerem a negociação do processo e necessidades da pesquisa. Os círculos reflexivos tratam dos conhecimentos prévios dos participantes e sua reflexão quanto ao fazer pedagógico por meio de aprofundamento teórico-metodológico e observações em sala de aula. A terceira condição, possibilita aos participantes refletir sua prática e construir teorias interagindo com o pesquisador como co-produtores da pesquisa. Ne

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) destacam que a pesquisa colaborativa atende as necessidades dos alunos e o desenvolvimento profissional dos envolvidos e, que o trabalho colaborativo é um desafio para a pesquisa em Educação Especial.

A pesquisa foi realizada na única escola estadual com educação em tempo integral – anos finais do ensino fundamental, no município de Londrina-PR, e com a proposta de trabalho colaborativo realizado pela professora especialista da Sala de Recursos Multifuncional (SRM), junto aos professores das disciplinas curriculares na classe comum.

No Estado do Paraná, as escolas com educação em tempo integral (ETI) seguem a determinação da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Superintendência da Educação (SUED) e do Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN), por meio da Instrução nº 022/2012-SEED/SUED e a INFORMAÇÃO Nº 439/2013-SEED/DEEIN, que prevê o funcionamento da escola com EI com carga horária de nove horas/aulas diárias, compondo 45 horas semanais.

Os participantes foram: uma professora especialista em Educação Especial denominada de (PE) e quatro professores do ensino comum que tinham alunos com NEE na sala de aula, os quais foram denominadas por nomes fictícios de Rui, Ana, Lia e Eva.

Os procedimentos baseados na proposta de pesquisa colaborativa de Ibiapina (2008), foram desenvolvidos em 4 fases: Pré-fase: Apresentação e anuência para a realização da pesquisa; Fase 1: Levantamento das necessidades de formação dos professores; Fase 2: Processo de Intervenção; e Fase 3: Avaliação do Processo de Intervenção.

Na pré-fase foram apresentados para a direção e para a PE a proposta e o objetivo da pesquisa. Após a definição do número de participantes, iniciou-se a fase 1 com os levantamentos das necessidades por meio de entrevista inicial com a PE, aplicação de um questionário inicial aos professores do ensino comum que concordaram em participar da pesquisa e observações em sala de aula. O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que emitiu o parecer favorável sob o nº 821621.

A fase 2 consistiu o processo de intervenção, o qual foi planejado a partir da análise dos resultados obtidos na primeira fase, por meio de: ciclos de estudos, práticas reflexivas, planejamento das atividades e participação direta da pesquisadora em sala de aula.

Na fase 3 foi realizada a avaliação do processo de intervenção por meio de uma entrevista com a PE e aplicação de um questionário com os professores participantes.

Considerando a dificuldade em organizar os encontros com todos os participantes, foi criado um grupo no Google Groups<sup>1</sup> dos participantes da pesquisa para que pudessem postar os textos para reflexão, discussão, troca de experiências sobre as estratégias de ensino e a prática pedagógica na sala de aula.

---

<sup>1</sup> É um serviço de grupos de discussão e compartilhamento, criado para promover a interação de usuários com interesses em comum.

## Resultados

Os resultados apresentados a seguir foram organizados de acordo com as três fases de coleta de dados, as quais foram: levantamento das necessidades de formação dos professores, processo de intervenção e avaliação do processo de intervenção.

### **Análise dos Dados da 1ª Fase: Levantamento das necessidades de formação dos professores**

Os dados analisados foram decorrentes da entrevista realizada com o PE, do questionário inicial com os professores participantes do ensino comum e das observações realizadas na sala de aula.

Na entrevista inicial a PE relatou que só tomou conhecimento sobre a proposta de trabalho colaborativo com a realização dessa pesquisa e que ao chegar à escola em 2013, foi informada pela gestão pedagógica que sua função seria acompanhar os alunos com NEE na sala de aula do ensino comum e três vezes por semana realizar atendimentos aos alunos com NEE na SRM.

A Informação nº 439/13-SEED/SUED determina que nas escolas com ETI o professor especialista em Educação Especial desenvolva o trabalho colaborativo na prática pedagógica junto ao professor do ensino comum que possui alunos com NEE na sala de aula e o atendimento na SRM. Sendo que o atendimento na SRM deveria se dar apenas no período vespertino, nas segundas, quartas e sextas-feiras no horário das últimas aulas. Assim o trabalho desenvolvido pela PE proposto no referido documento, não se restringia em atender o aluno com NEE individualmente, sendo sua principal função trabalhar em parceria com os professores no intuito de melhorar a inclusão desses alunos num total de 40 horas/aulas semanais distribuídas em 25 horas/aulas destinadas ao trabalho colaborativo junto aos professores do ensino comum em sala de aula, 3 horas/aulas semanais na SRM nos últimos horários do período vespertino das segundas, quartas e sextas-feiras e; 12 HA para estudos, planejamento, elaboração e orientação pedagógica com os professores.

Constatamos que, provavelmente, devido à falta de conhecimento da PE e dos demais professores sobre a proposta de trabalho colaborativo, a PE atuava como professora de apoio exclusivo aos alunos com NEE em sala de aula, cabendo-lhe a responsabilidade de providenciar a adaptação dos conteúdos e orientá-los na resolução das atividades. Para agravar, ainda mais a situação, na maioria das vezes, a PE tomava conhecimento do conteúdo que seria trabalhado no momento da aula.

O professor especialista em Educação Especial, independente da função que exerce na escola – Professor de SRM, Professor de Apoio a Comunicação Alternativa, Tradutor e Intérprete de Libras ou outro – não possui os conhecimentos programáticos das disciplinas curriculares suficientes para atender aos alunos com NEE, do mesmo modo como ocorre com os professores da classe comum, que têm dificuldades em trabalhar com alunos com NEE por desconhecimento na área. Sendo assim, a parceria entre esses dois profissionais no planejamento e na prática pedagógica “será um processo formativo de

aprendizagem e de troca de conhecimentos que enriquecerá muito mais o processo de aprendizagem do aluno em sala de aula” (MENDES, VILARONGA e ZERBATO, 2014, p. 37).

Esta constatação nos faz refletir que as políticas educacionais são impostas sem a devida reflexão e formação do professor. Tais dados corroboram as análises de Mendes e Capellini (2007, p. 118 e 119) que consideram:

[...] nenhum educador, com todos os saberes e competências necessárias, conseguirá efetuar uma prática com base na ação-reflexão-ação com qualidade se não houver vontade política para garantir as condições adequadas para uma formação inicial e permanente de qualidade, bem como infraestrutura necessária para uma prática pedagógica criativa e transformadora.

Este resultado evidencia que muitos professores da classe comum, erroneamente entendem que a inclusão dos alunos com NEE deve se dar por meio do acompanhamento constante, por um professor da Educação Especial, cabendo a ele a responsabilidade no processo ensino-aprendizagem desse aluno.

Portanto, para desenvolver o trabalho colaborativo entre os professores do ensino comum e de Educação Especial a parceria é fundamental, pois esses profissionais deverão dialogar, discutir, planejar a prática pedagógica e avaliar os resultados das ações, “[...] pois, ambos são responsáveis pela aprendizagem em sala de aula e devem propiciar estratégias para que todos tenham acesso ao conhecimento” (MENDES, VILARONGA e ZERBATO, 2014, p. 97).

A PE destacou que a Informação nº 439/13-SEED/SUED, que prioriza a HA coletiva entre os professores, ocorria no mesmo horário de seu atendimento na SRM, impedindo-a de participar desse momento com os demais professores para discutir e colaborar no planejamento da prática pedagógica adequadas às necessidades dos alunos com NEE.

Trecho 1 – Relato da PE sobre a HA coletiva.

PE - Sinto necessidade de reunir com os professores para discutir estratégias e elaborar atividades e estratégias de ensino. Mas enquanto eu estou atendendo os alunos com NEE na SRM, os professores estão no momento coletivo e os demais alunos estão participando de outros projetos na escola. Aí te pergunto: isso é inclusão? (sic.)

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

Os professores do período matutino também não participavam desse momento. Desta forma percebemos que essa disposição dos horários das atividades dos professores consistia em uma barreira para efetivação do planejamento colaborativo das atividades entre os professores da classe comum e a PE, tendo em vista que o planejamento colaborativo consiste na escolha dos conteúdos e das estratégias da prática pedagógica na sala de aula (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014). Permite ainda trocar conhecimentos e experiências considerando as características da turma e as especificidades dos alunos.

Sobre a inclusão dos alunos com NEE, a PE destacou que os professores do ensino comum preparavam as aulas desconsiderando a presença desses alunos na sala de aula.



O Processo de inclusão não se refere à simples aceitação da matrícula do aluno com NEE na classe comum, diz respeito, sobretudo ao seu direito de participar de todas as atividades no ambiente escolar, “[...] o direito à apropriação efetiva do conhecimento com os quais cada ser humano possa participar efetivamente do mundo em que vive” (FONTES, 2009, p. 247).

Constatamos ao analisar os dados obtidos a partir do questionário inicial aplicado, junto aos professores participantes da pesquisa, que eles também não conheciam a proposta do trabalho colaborativo.

Trecho 2 – Função da PE na sala de aula.

Ana – Acredito que seja para fazer adaptação dos conteúdos matemáticos, uma “tradução” e sistematização das informações de acordo com a condição de cada aluno com NEE. Lia – Auxiliar no desenvolvimento do aluno com NEE colaborando com o docente em sala.
--

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

Para os professores, a presença da PE na sala de aula tinha como objetivo mediar à relação entre os professores da classe comum e os alunos com NEE, persistindo a ideia de que a inclusão está na matrícula desse aluno no ensino comum, cabendo a ele, adaptar-se às condições de ensino dispostos, com o apoio do professor especialista. Nesta forma de conceber o trabalho do professor especialista, identificamos que os professores das disciplinas curriculares pesquisados se isentavam da responsabilidade acadêmica junto a esse alunado. Neste contexto, Mendes; Vilaronga e Zerbato (2014) destacam que no trabalho colaborativo o professor especialista e o professor do ensino comum planejam as atividades para, juntos na sala de aula, compartilharem a responsabilidade em atender todos os alunos com ou sem NEE.

Quanto a organização do trabalho colaborativo os professores, foram unânimes ao afirmarem que seria importante se reunirem para traçarem novos métodos, discutindo e planejando a prática pedagógica.

Trecho 3 – Sugestões para aprimorar o trabalho colaborativo da PE.

Rui – Percebo que seria interessante ter mais tempo para discutir atividades e propostas específicas para os alunos com NEE. Não se pode pensar que tudo se resolve nas horas atividades que estão postas. Ana – Poderia ter um momento para troca de ideia e estudo com o professor especialista em Educação Especial, para discutir sobre as necessidades dos alunos e elaborar estratégias e métodos para atingir melhor esses alunos. Lia – Acredito que um planejamento prévio possa ajudar os alunos com NEE, tal planejamento deveria ser multidisciplinar. Eva – É preciso um momento para que possamos nos reunir para avaliar os métodos que estão sendo utilizados e poder traçar novos métodos.
--

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

Outra questão levantada pelos professores, e que poderia ser amenizada com os encontros coletivos na HA, seria a dificuldade em trabalhar com a inclusão e desenvolver atividades pedagógicas que atendessem os alunos com NEE na sala de aula.

A falta de formação do professor foi mencionada pela professora Ana como um agravante que contribui para que o processo de inclusão ocorra de maneira lenta. Para Prieto (2006, p.57), “a formação

continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade de ensino [...]”.

De modo geral, na fase inicial da pesquisa, identificamos que tanto a PE quanto os demais participantes, não conheciam a sistemática de trabalho, denominada de trabalho colaborativo entre o professor especialista e os professores do ensino comum, bem como os professores das disciplinas curriculares não sabiam planejar as atividades de modo que favorecesse a participação dos alunos com NEE. A partir desses resultados foram propostos os procedimentos de intervenção.

### **Análise dos Dados da 2ª Fase: Processo de intervenção**

A análise dos dados obtidos no processo de intervenção é apresentada de acordo com os procedimentos indicados por Ibiapina (2008) que são: ciclos de estudos, práticas reflexivas, planejamento da prática e participação direta na sala de aula. Embora tenham acontecido paralelamente, os resultados desses procedimentos serão analisados em uma sequência.

Foi necessário ajustar o cronograma da pesquisa para o processo de intervenção, priorizando a HA e aulas conjuminadas para facilitar a ação pedagógica na sala de aula desenvolvida em parceria entre a PE e os professores da classe comum com alunos com NEE. A adequação do cronograma contou com a participação de todos os envolvidos na pesquisa.

### **Análise dos ciclos de estudos:**

Os ciclos de estudos consistem em momentos que proporcionam aos professores refletirem por meio de conhecimentos teóricos a prática pedagógica no contexto da sala de aula. (IBIAPINA, 2008).

A escolha dos textos ocorreu a partir do levantamento das necessidades, realizada na fase 1, com o intuito de discutir com a PE e os demais professores participantes da pesquisa, a função do professor especialista, na proposta do trabalho colaborativo, no ensino comum na escola com ETI.

Os documentos Instrução nº 22/2012-SEED/SUED sobre a escola com ETI, a Instrução nº 16/2011-SEED/SUED que normatiza o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncional (SRM) e a Informação nº 439/2013-SEED/DEEIN referente ao cronograma de atendimento do professor especialista em Educação Especial da SRM na escola com ETI, foram discutidos com a PE e os demais participantes.

Iniciamos o ciclo de estudos presenciais discutindo com a PE os documentos mencionados acima. Nesse encontro, ela relatou que tomou conhecimento dos mesmos a partir da realização da pesquisa.

Trecho 1 – Ciclo de Estudo: Instrução da escola com ETI e Informação 439/13.

**Data: 19-03-15**

PE – Os documentos não dialogam com a Instrução da escola com Educação em Tempo Integral apresenta carga horária de 9 horas diária e a Informação nº 439/13 estabelece 10 horas diárias, por essa última eu teria um dia sem vínculo, mas na verdade só tenho uma manhã (pausa) ...muito confuso! E eles, (referindo-se aos demais

participantes) não conhecem nenhum desses documentos. E se compreenderem qual é o meu papel na escola, vai facilitar e muito o meu trabalho.

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

Os apontamentos feitos pela PE demonstram a distância que havia entre as determinações políticas e as práticas desenvolvidas na escola com ETI. Ressaltamos que os conceitos e as informações sobre a proposta de trabalho colaborativo chegaram com esses documentos dois anos após a implementação da escola com ETI.

Além dos documentos mencionados, foi trabalhado com a PE o texto: “A Inclusão Escolar com Parceria da Educação Comum e Especial: O Modelo de Ensino Colaborativo ou Coensino”. (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014).

Sobre o texto, a PE o considerou esclarecedor sobre a sua real função de atuar diretamente na prática pedagógica com o professor da classe comum, atendendo a todos os alunos com ou sem NEE, pois sua função na escola se resumia em um trabalho solitário, refletido na sala de aula ao atender os alunos com NEE.

É importante destacar que os professores especialistas em Educação Especial necessitam de formação e de grupos de estudos específicos da área, para que possam discutir e refletir as complexidades de ensino e aprendizagem no processo de inclusão dos alunos com NEE, com o objetivo de melhor prepará-los, para capacitar os professores das disciplinas curriculares, assegurando o direito de todos, “sem discriminação, nem espaços segregados de educação” (MANTOAN, 2006, p.23).

Os mesmos documentos foram discutidos com os professores que também demonstraram desconhecimento do trabalho colaborativo na proposta da escola com ETI e apontaram a dificuldade em planejar a ação pedagógica junto com a PE.

Trecho 2 – Ciclo de estudo: Instruções da SRM e ETI.

**Data: 09-04-15**

Ana – Meu desconhecimento é total em relação a esse tipo de trabalho. Para mim a função dela (PE) era essa mesmo, de atender os alunos com NEE. Eu achava que estava certo.

[...]

Ana – Uma dificuldade que vejo será da gente se encontrar porque eu trabalho em outra escola de manhã e a noite também. A maioria das vezes, chego aqui em cima da hora. Tem a HA, mas sempre tem alguma coisa para fazer.

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

A professora Ana fez dois apontamentos importantes: a falta de conhecimento da função da PE na sala de aula do ensino comum na escola com ETI e a dificuldade que os professores enfrentam por trabalhar em mais de uma escola.

O trabalho realizado em parceria entre os professores do ensino comum e a PE proporcionará aulas mais dinâmicas e participativas, melhorando o desempenho acadêmico dos alunos com ou sem NEE. Em relação à HA, é fundamental que a gestão pedagógica organize esse momento entre os

professores, considerando sua importância para trocar experiências e refletir a prática pedagógica (MENDES e CAPELLINI, 2007).

Para os professores foi disponibilizado no grupo online o texto: “O Fortalecimento do Trabalho Colaborativo entre Professores da Educação Especial e Professores de Disciplinas” (MAKISHIMA. et al, 2015), com três questões para discussão.

As discussões no grupo online foram fundamentais para, além de esclarecer a função da PE no ensino comum, apresentou a forma do trabalho colaborativo como proposta da Secretaria de Estado da Educação-SEED em atendimento aos princípios da Educação Inclusiva. A seguir destacamos as respostas dos participantes sobre suas considerações acerca da proposta de trabalho colaborativo discutido no texto:

Questão 3 do questionário online – Respostas dos participantes acerca de sua compreensão da proposta de trabalho colaborativo.

Rui - A temática abordada no texto é de extrema importância, pois ela nos faz melhor compreender o significado do trabalho colaborativo. A vivência no ambiente de trabalho entre os profissionais e a prática docente precisam se aproximar de um fator ideal no que diz respeito ao trabalho colaborativo. Resolver dificuldades reais, elaborar planejamentos e desenvolver mudanças em conjunto, tornam-se muito mais eficiente a ponto de se obter melhores resultados. A troca de saberes entre os profissionais de diferentes áreas, colabora com uma melhor estratégia de ensino e de avaliação. (16-11-15)

Ana - Acredito que o trabalho colaborativo é uma parceria que deve ocorrer entre os professores envolvidos. Deve haver uma troca de experiências, diálogo, ajustes curriculares, procedimentos de ensino e claro, a interação um com o outro para que possam atingir os alunos de forma significativa. É muito válido e muito importante este trabalho se for realizado conforme é proposto, pois quando há contribuição e compartilhamento entre os professores, novos conhecimentos surgem para potencializar o processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes. (26-10-15)

Lia - O texto nos faz refletir sobre o trabalho de professores da educação especial nas escolas, mostrando que se aplicado de forma colaborativa, como deve ser, só tem a contribuir com outras disciplinas e principalmente com alunos público alvo da educação especial. No entanto, o texto deixa claro que o trabalho de colaboração entre os professores da educação especial e das demais disciplinas não deve ser apenas em uma tarefa ou como um projeto que tem um final, e sim planejado para que ao longo dos anos todos os alunos sejam incluídos no processo de ensino aprendizagem, especialmente, os do público alvo da educação especial. (15-10-15)

Fonte: Group *Online* – Google Groups.

Os professores foram unânimes em destacar que o trabalho colaborativo, se aplicado de acordo com a proposta do texto discutido, contribui de forma significativa para a aprendizagem de todos os alunos com ou sem NEE. Para que essa parceria se consolide, no entanto, é necessário discutir e refletir “sobre o processo de inclusão escolar e as modificações que este acarreta nas escolas” (MENDES e CAPELLINI, 2007, p. 118). A troca de saberes entre os professores sobre a prática pedagógica é fundamental no processo ensino aprendizagem dos alunos com NEE.

A seguir apresentamos as análises sobre as práticas reflexivas desenvolvidas com os participantes da pesquisa.

### Análise das práticas reflexivas:

As práticas reflexivas são momentos nos quais propõe-se “que a reflexão se volte também para o agir dos professores e o seu dever” (IBIAPINA, 2008, p.48).

Os professores participantes relataram suas percepções sobre o trabalho colaborativo que a PE estava desenvolvendo na sala de aula nas atividades, e que seriam difíceis de realizar sem essa parceria.

Trecho 2 – Práticas reflexivas relatos dos professores Rui e Ana sobre a parceria com a PE.

**Data: 20-08-15**

Ana – [...] parece que eles (alunos) até percebem isso, porque a gente está fazendo aquele rodízio, sempre dá para pedir ajuda. Eles sentiram que tem um professor a mais, estão mais incentivados. Na aula de ontem, surpreendi-me com a participação deles (7ºB). Rendeu bem. Geralmente, para terminar as atividades, eu preciso ficar “em cima”. E eu sempre levo jogos para aqueles que terminam primeiro e ontem todos entregaram a folha de atividades, onde a maioria jogou.

Rui – É funcional. Eu vejo assim. Que a proposta ampliou, porque agora não tem mais alunos que são focos. Agora pensa-se num todo, uma coisa que eu acho muito legal, que ajuda mesmo até pela questão da organização e também a autoridade da PE na sala de aula prevalecendo.

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

Os encontros coletivos possibilitaram a troca de experiências, discussão de estratégias de ensino, entre outros. Na sala de aula a PE, além de auxiliar na realização das atividades, intervinha também na disciplina. Esses momentos são fundamentais para a perspectiva da escola inclusiva como destaca Cesar (2003, p.122):

Sem profundas alterações da organização das escolas, em aspectos fundamentais e tão simples como os professores terem, efetivamente, tempos de trabalho colaborativo para discutirem, a fundo, os planos curriculares de turma, os ideais não passam disso mesmo, não chegando a ser alvo de uma concretização.

A boa relação entre os professores era percebida na sala de aula. Em relação à PE com os alunos, criou-se um vínculo, garantido pela permanência dela o dia todo na escola, inclusive no horário do almoço. Esse vínculo com as turmas a PE estabeleceu durante a realização da pesquisa.

Constatamos que por meio da melhoria da qualidade das interações no contexto escolar entre os professores e os alunos e, especialmente da PE e os professores das disciplinas curriculares, obteve-se como consequência o desenvolvimento de aulas mais dinâmicas, possibilitando, até mesmo a utilização dos recursos tecnológicos na sala de Informática para finalizar uma atividade de pesquisa proposta aos alunos.

Para Gonzaga Junior (2009),

As novas tecnologias apresentam-se como recursos facilitadores para produzir um ensino mais dinâmico e o professor é responsável para que a introdução das novas tecnologias na sala de aula se faça de forma eficiente e eficaz. Cabe ao professor sintonizar-se com sua época tecnológica, utilizando adequadamente os recursos de acordo com o contexto. (GONZAGA JUNIOR, 2009, p.86).

Utilizar a tecnologia na sala de aula torna a aprendizagem interessante para o aluno, pois poderá usufruir do recurso para a sua aprendizagem.

### **Análise do planejamento da prática:**

O planejamento da prática é o momento em que os professores discutem a prática pedagógica, podendo ocorrer divergências que os façam “[...] reconhecer que os conflitos existentes na escola fazem parte dos condicionantes sociais que impõem limites às práticas docentes, mas também saber visualizar as possibilidades de transformação dessa realidade”. (IBIAPINA, 2008, p. 27).

Durante o processo de intervenção, os professores da classe comum e a PE planejaram atividades que resultaram em práticas pedagógicas que favoreceram a participação de todos os alunos na realização das atividades propostas.

Os fundamentos tomados como base para orientar o planejamento das professoras (PE) e demais professores do ensino comum foram embasados nas orientações de DUK (2005), a qual considera importante que nas escolas inclusivas as atividades sejam planejadas com o intuito de motivar o aluno por meio de atividades que desperte o seu interesse; tenham como base seus conhecimentos prévios sobre o conteúdo a ser trabalhado; sejam desenvolvidas utilizando diversos recursos e estratégias pedagógicas e; sobretudo valorizem o seu esforço na realização das atividades, favorecendo sua autonomia no processo de aprendizagem.

Vale ressaltar que a HA é destinada aos professores para que possam discutir e planejar a prática pedagógica, e também, para traçar as estratégias de ensino que possibilite a participação e o aprendizado de todos os alunos. (MENDES, 2014).

De modo geral, verificamos que a parceria entre PE e o professor Rui foi se fortalecendo gradativamente. A PE desenvolvia o trabalho colaborativo orientando os alunos com ou sem NEE na realização das atividades e na disciplina da sala de aula. Havia boa interação entre os professores. As aulas tornaram-se mais dinâmicas e participativas. O planejamento atendia as necessidades dos alunos com NEE.

Entre PE e a professora Ana a parceria era boa. Não houve, durante a realização da pesquisa, momentos entre elas para elaboração do planejamento da prática, porém, a professora sempre passava para a PE o que seria trabalhado, e durante a realização das atividades elas interagiam entre si e com os alunos, atendendo-os individualmente ou em grupo.

Com a professora Lia a parceria foi se consolidando gradativamente e a PE passou a desenvolver sua função de colaboradora nas aulas de Ciências, participando ativamente do planejamento, da prática pedagógica e da disciplina da sala de aula, contribuindo com atividades mais dinâmicas. A atividade

previamente discutida e planejada unifica as funções. Nesse sentido os professores são considerados parceiros no planejamento e na execução. (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014).

### **Participação direta da pesquisadora na sala de aula:**

Durante o período de intervenção, a pesquisadora optou por observar o trabalho colaborativo da PE junto aos professores participantes com o objetivo de analisá-los nos encontros pertinentes às práticas reflexivas.

O professor Rui e a PE não apresentaram dificuldades para desenvolver o trabalho colaborativo na sala de aula, pois, como chegaram à escola na mesma época, criaram um vínculo de amizade e sempre discutiam sobre as dificuldades dos alunos com NEE. A amizade, nesse caso, foi fundamental para facilitar o desenvolvimento do trabalho colaborativo. Para Giovanni (2009),

Trabalhar junto também é um aprendizado. Reconhecer falhas e limitações individuais ou coletivas não é fácil. Procurar ajuda e localizar fontes e recursos para melhoria da própria prática ou de ações do grupo constituem movimentos que progressivamente se acentuam. (GIOVANNI, 2009, p. 33).

Destaca-se, todavia, que momentos entre o professor especialista e o professor do ensino comum para discutir e planejar a prática pedagógica, as estratégias de adaptações curriculares e as avaliações, são imprescindíveis para estabelecer a parceria, uma vez que o aluno com NEE “inserido no ensino comum, todos os recursos dos quais ele pode se beneficiar, têm que ir junto dele para o contexto de sala de aula, incluindo entre eles o professor especializado” (MENDES, VILARONGA e ZERBATO, 2014, p. 46).

Antes de ocorrer à pesquisa colaborativa, a presença da PE na sala de aula, restringia-se em atender os alunos com NEE. No decorrer o período de intervenção, a parceria entre a PE e os professores das disciplinas curriculares participantes da pesquisa foi sendo estabelecida e, em consequência disso, passou a haver mais colaboração entre os professores nas aulas, favorecendo o processo de inclusão dos alunos com NEE. Para Garcia (2011), o trabalho pedagógico em sala de aula, resume-se nas adaptações curriculares, trabalho docente dinâmico e divisão compartilhada das tarefas.

Os resultados apresentados no Processo de Intervenção mostraram os avanços do trabalho colaborativo entre a PE e os professores Rui, Ana e Lia refletindo na dinâmica da sala de aula e na interação dos alunos, principalmente àqueles com NEE. Apesar de ser uma das participantes da pesquisa e afirmar que estava de acordo com o processo de intervenção, não houve parceria entre a PE e a professora Eva, dado o fato dela não se disponibilizar a realizar os procedimentos de intervenção previstos. De certa forma, esse dado, aliado as observações em sala de aula, evidenciaram a falta de comprometimento da referida professora com o processo de ensino aos alunos de modo geral. Consideramos que os alunos com NEE matriculados no ensino regular, muitas vezes, não precisam de um professor especialista para

acompanhá-los, mas de um professor que se comprometa a ensiná-los com a mesma disposição que ensina aos outros alunos. (NOZI; VITALIANO, 2013).

### **Análise dos Dados da 3ª Fase: Avaliação do processo de intervenção**

Esta fase ocorreu por meio da entrevista final com a PE e aplicação do questionário final aos professores participantes.

### **Análise dos dados obtidos na entrevista final junto à professora especialista em Educação Especial:**

A PE destacou a importância da pesquisa para definir sua função na sala de aula como colaboradora na prática pedagógica dos professores.

Trecho 1 – Avaliação da PE sobre o processo de desenvolvimento da pesquisa colaborativa no seu trabalho na sala de aula.

PE - A pesquisa foi fundamental para direcionar a minha função dentro da escola com tempo integral. Definiu o que é o trabalho colaborativo, porque na concepção da escola e dos professores, era que eu tinha que ficar como apoio dos alunos com NEE, sem interferir em nada. Na verdade, até eu pensava que era isso. Na questão profissional, tive a oportunidade de fazer leituras de textos que me deram mais embasamentos teóricos e acredito que para os demais participantes também.

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

A colaboração é algo aprendido na interação com o outro, criando as condições necessárias para a reorganização dos conhecimentos em um nível mais elaborado. (AGUIAR; FERREIRA, 2007). E entre os professores é essencial para a inclusão dos alunos com NEE, pois, assumem a responsabilidade de ensinar para a diversidade. Outro ponto importante destacado pela PE foi em relação à formação que recebeu nos encontros dos ciclos de estudos que para Ibiapina (2008, p. 34) “[...] contribui para o desenvolvimento profissional [...]” do professor.

Sobre os encontros virtuais, a PE relatou que tanto ela quanto os professores poderiam ter participado mais, aproveitado esse canal para compartilhar experiências, discutir e refletir sobre a prática pedagógica. Demonstrou interesse em dar continuidade ao grupo online, incentivando os professores a utilizarem essa ferramenta para interagirem com os colegas.

Trecho 1 – Relato da PE sobre dar continuidade ao trabalho.

PE - Minha expectativa é ampliar o trabalho colaborativo para os demais professores, visando sempre o coletivo da escola, porque podemos minimizar as dificuldades de aprendizagem com aulas mais dinâmicas. Quero dar continuidade também, ao grupo online; incentivar os professores a acessar para trocar experiências; postar os trabalhos e atividades desenvolvidas com as turmas e propor encontros presenciais e a HA no coletivo, que foram ótimos durante a pesquisa.

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

As expectativas da PE são ampliar a parceria com os professores, a participação dos mesmos no grupo *online* e em encontros presenciais. Para Imbernón (2009, p. 58), o ensino hoje em dia “se transformou num trabalho necessário e imprescindivelmente coletivo para melhorar o processo de



trabalho do professorado”. No relato de PE, verificamos que ela percebe que o trabalho colaborativo com os professores é mais inclusivo e mais produtivo, de uma forma geral, para todos os alunos.

### **Análise dos dados obtidos no questionário final junto aos professores do ensino comum:**

Para os professores do ensino comum a pesquisa colaborativa oportunizou a compreender a função da PE na sala de aula na proposta do trabalho colaborativo. A formação profissional, além de promover discussão e reflexão sobre os princípios da educação inclusiva, é importante para trabalho do professor do ensino comum no processo de inclusão dos alunos com NEE. Segundo Freitas (2006, p. 39) “A relação entre os pares exerce papel fundamental na aprendizagem [...] facilitam a problematização das situações e o compartilhamento de conhecimentos”.

Trecho 1 – Avaliação dos professores sobre a forma de trabalho da PE.

Rui – Minha preferência é para a situação (após a pesquisa), pois, dessa forma, está é justamente a maneira que mais se aproxima do regimento e do projeto.

Ana – Prefiro como ficou depois da pesquisa, porque com o desenvolvimento do trabalho da professora, os alunos obtiveram maior êxito.

Lia – Depois da pesquisa, melhorou a interação dos alunos da educação especial e facilitou o meu trabalho, contribuindo para um aprendizado de melhor qualidade.

Eva – O depois, pois sei que posso contar com o auxílio do professor especialista para que a transmissão de conhecimento seja mais efetiva.

Fonte: Transcrição de áudio pela autora

Os professores aprovaram a participação da PE durante a realização da pesquisa e o trabalho colaborativo que passou a desenvolver na sala de aula, envolvendo o planejamento à prática, tornando as aulas mais dinâmicas e estreitando a relação entre o ensino comum e a Educação Especial. Nesse sentido, o professor de Educação Especial passou a ser um recurso para a sala toda e não somente para os alunos com NEE (MENDES, VILARONGA e ZERBATO, 2014).

As expectativas dos professores é que a parceria entre eles e a PE, continue favorecendo a participação de outros professores, fortalecendo a proposta do trabalho colaborativo, o qual prioriza o coletivo como fundamental para a formação em serviço e para a inclusão dos alunos com NEE.

A participação dos professores no grupo online não alcançou o objetivo proposto. Segundo observações e comentários dos participantes, isso ocorreu devido à falta de tempo para realizar as leituras propostas, em consequência de terem excesso de trabalho, fato que também dificultou a ocorrência de discussões online de forma simultânea. Além disso, apontaram que os encontros presenciais surtiram mais efeito.

A pesquisa colaborativa, na opinião dos participantes, foi importante porque promoveu discussões que foram fundamentais para a compreensão da proposta da Educação Inclusiva e do trabalho colaborativo a ser desenvolvido entre eles e a PE.

Constatamos pelos resultados apresentados nessa fase, que a pesquisa colaborativa contribuiu no desenvolvimento do trabalho colaborativo da PE junto aos professores das disciplinas curriculares e no processo de inclusão dos alunos com NEE. E ainda, motivou o desejo de ampliar essa parceria com os demais professores da escola com ETI.

## Considerações Finais

A realização desta pesquisa em uma escola com ETI nos permitiu constatar a necessidade de formação em serviço do professor especialista, para que possa desenvolver o trabalho colaborativo junto aos professores do ensino comum, visando o processo de inclusão dos alunos com NEE, além disso, que tais professores também precisam compreender essa forma de trabalho.

Na primeira fase da pesquisa, constatamos, por meio de entrevista, que a PE estava equivocada com a sua função na sala de aula do ensino comum. A mesma análise se aplica às respostas dos professores participantes no questionário inicial sobre a função que ela deveria desempenhar.

A segunda fase da pesquisa, na qual ocorreu o processo de intervenção às oportunidades vivenciadas nos encontros nos ciclos de estudos, nas práticas reflexivas e no planejamento da prática pedagógica, foi fundamental para estabelecer a parceria entre a PE e os professores do ensino comum na sala de aula, refletindo no processo de ensino aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas e com maior participação dos alunos, principalmente àqueles com NEE.

A avaliação dos participantes em relação ao processo de intervenção mostrou que o trabalho colaborativo pode ser um grande aliado para melhoria da prática pedagógica e para os alunos com NEE, bem como para os demais alunos no processo de construção de uma escola inclusiva.

Embora tenhamos muito que melhorar a qualidade de ensino, as condições de trabalho e a valorização do professor, acreditamos que a proposta do trabalho colaborativo atende os princípios da Educação Inclusiva que propõe uma educação para todos os alunos com ou sem NEE.

Se almejamos uma educação de qualidade e de respeito às diferenças, temos que nos preparar para trabalhar com a diversidade. Para além da capacitação, em relação a conhecimentos teóricos e metodológicos, é necessário que os professores aprendam a estabelecer relações profissionais baseados na colaboração entre os pares e principalmente com o professor especialista.

## Referências

- AGUIAR, O. R. B. P.; FERREIRA, M. S. Ciclos de Estudos Reflexivos: uma estratégia de desenvolvimento profissional docente. In: IBIAPINA, I. M. L. de M.; RIBEIRO, M. M. G.; FERREIRA, M. S. (ORG.). **Pesquisa em Educação: múltiplos olhares**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007, p. 73-95.
- ALARCÃO, I. A Escola Reflexiva. In: \_\_\_\_\_ I. (Org.). **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 15-30.
- CAPELLINI, V.L.M.F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2004.
- CESAR, M. A Escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos e para todos. RODRIGUES, D. (Org.). In: **Perspectiva sobre a Inclusão: Da Educação à Sociedade**. Portugal: Porto Editora, LDA. 2003. p. 89-101. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822.1/103>. Acesso em: 28 jun. 2015.
- DUK, C. (Org.). **Educar na diversidade**: material de formação docente. Brasília: EC/SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educar%20na%20diversidade.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- FERREIRA, B. C. ; MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. **Revista do Centro de Educação/Cadernos**, UFSM, n. 29, Edição 2007, s.p.
- FONTES, R. de S. **Ensino Colaborativo**: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.
- FREITAS, S.N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, D. (ORG.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p.169-182.
- GARCIA, R. M. C. Política Nacional de Educação Especial nos Anos 2000: a formação de professores e a hegemonia do modelo especilizado. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (ORG.). **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre, RS. Mediação. CDV/FACITEC, 2 v. p. 65-78, 2011.
- GARCIA, R. M. C. Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Formação Docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPED, v. 18, n. 52, p. 101-239, jan./mar. 2013.
- GIOVANNI, L. M. O Papel dos Professores e dos Pesquisadores: um desafio no processo de pesquisa colaborativa. In: MARIN, A. J.; GIOVANNI, L. M.; GUARNIERI, M. R. (ORG.). **Pesquisa com Professores no Início da Escolarização**. Araraquara: Junqueira & Marin; São Paulo, SP: FAPESP, 2009, p.17-36.
- GONZAGA JUNIOR, E. L.; **Gestão da Informação e do Conhecimento**. 3.ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A: 2009. 240p.
- IBIAPINA, I.M.L.M. **Pesquisa Colaborativa**: Investigação, Formação e Produção de Conhecimentos. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.
- IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.
- MAKISHIMA, Edne Aparecida Claser. et al. **O Fortalecimento do Trabalho Colaborativo entre Professores da Educação Especial e Professores de Disciplinas**: Orientações Gerais e Encaminhamentos Para a Realização da Oficina.2015. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao\\_acao/1semestre\\_2015/roteiro\\_deein\\_fortalecimento\\_trabalho\\_colaborativo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/roteiro_deein_fortalecimento_trabalho_colaborativo.pdf). Acesso em: 23 nov. 2015.

MANTOAN, M.T.E. Igualdade e Diferenças na Escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M.T.E.; PIETRO, R.G.; ARANTES, V.A.A. (ORG.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, (pontos e contrapontos), p.15-30.

MARIN, M.; MARETTI, M. Ensino Colaborativo: estratégia de ensino para a inclusão escolar. I Seminário Internacional de inclusão escolar: práticas em diálogos. CAP- UERJ. 2014. 1-9 Disponível em: [http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-marin\\_e\\_maretti.pdf](http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-marin_e_maretti.pdf)> Acesso em 06 de set. 2016

MENDES, E.G.. A Inclusão Escolar com Parceria da Educação comum e especial: o modelo de ensino colaborativo ou co-ensino. In: \_\_\_\_\_; VILARONGA, C.A.R.; ZERBATO, A. P.. **Ensino Colaborativo como apoio à Inclusão Escolar**. 1. ed. São Carlos: EDUFSCar, 2014. v.1.p. 45-67

\_\_\_\_\_; Caminhos da Pesquisa sobre Formação de Professores para a Inclusão Escolar. In: MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; HAYASHI, M.C.P.I. (ORG.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES-POESP, 2008, p.92-122.

\_\_\_\_\_; CAPELLINI, V.L.M.F. O Ensino Colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Educere et Educare Revista de Educação**. Unioeste, Cascavel, Vol. 2, nº 4, jul/dez. p.113-128. 2007

\_\_\_\_\_; VILARONGA, C.A.R.; ZERBATO, A. P.. **Ensino Colaborativo como apoio à Inclusão Escolar**. 1. ed. São Carlos: EDUFSCar, 2014. v.1.

MONICO, Patrícia Aparecida; MORGADO, Liz Amaral Saraiva; ORLANDO, Rosimeire Maria. Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. spe, p. 41-48, 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572018000400041&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400041&lng=en&nrm=iso)>. access on 29 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/040>.

NOZI, S. G.; VITALIANO, C. R.. Características pessoais do professor que favorecem a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. **Contrapontos**. Itajaí v.14, n.2, p.367-383, maio-ago 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação / Superintendência da Educação **Instrução nº 16/2011. Critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I**, na Educação Básica. SEED/SUED. Curitiba, PR, 2011a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação / Superintendência da Educação **Instrução nº 22/2012. Educação em Tempo Integral em Turno Único, na Educação Básica**. SEED/SUED. Curitiba, PR, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação / Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **INFORMAÇÃO Nº 439/2013**. SEED/DEEIN. Curitiba, PR, 2013.

PRIETO, R.G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas da educação no Brasil. In: MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G.; ARANTES, V.A. (Org.) **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. p.31-73.

RODRIGUES, D. Desenvolver a Educação Inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. **Inclusão: Revista de Educação Especial**, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 4, n. 2, p. 7-17, jul./out. 2008.  
VITALIANO, C.R. (org.). **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Eduel, 2010.p.49-112.

VITALIANO, C. R.; MANZINI, E. J. A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C.R. (org.). **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Eduel, 2010.p.49-112.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994..

**Revisores:**

**Língua Portuguesa**

**Ana Paula Pirani**

E-mail: appirani@yahoo.com.br

**Língua Inglesa**

**Vinícius Mestre Martineli**

E-mail: vinimartineli10@gmail.com

**Língua Espanhola**

**Sanchelly Silva Soares Herek**

E-mail: sanchelly@hotmail.com